

CORREIO ECONÔMICO

POR
MARTHA IMENES



Presidente do INSS, Gilberto Waller, na Voz do Brasil

INSS: antes de pedir devolução é preciso contestar desconto

Os aposentados e pensionistas que tiveram descontos indevidos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) têm até 14 de fevereiro para pedir o ressarcimento, explicou o presidente do INSS, Gilberto Waller, ao programa A Voz do Brasil. No entanto, antes de pedir o ressarcimento é preciso que o beneficiário faça a contestação do desconto, acrescentou o ministro da Previdência, Wolney Queiroz. “O fluxo é o mesmo, a data que foi alterada”, explica.

Waller pontua que são duas situações distintas: “Quem ainda não contestou precisa contestar, e já percorreu todo o processo precisa aderir ao acordo de ressarcimento (homologado no Supremo Tribunal Federal)”.

MPS determinou dilação do prazo

O prazo original se encerraria em 14 de novembro. No entanto, o Ministério da Previdência Social decidiu ampliar o período para garantir que todos os afetados possam registrar seus pedidos. O esquema de descontos indevidos foi revelado pela Operação Sem Desconto, deflagrada pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União (CGU), que identificou fraudes em Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) firmados entre o INSS e entidades associativas.



Presidente do INSS, Gilberto Waller, na Voz do Brasil

Como pedir o ressarcimento

De acordo com o presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, cerca de 6,2 milhões de beneficiários contestaram descontos indevidos do INSS, dos quais 4,1 milhões de beneficiários já foram ressarcidos, em valores que somam R\$ 2,8 bilhões. O governo estima, no entanto, que ainda existam 3 milhões de aposentados e pensionistas aptos a solicitar a devolução.

Os beneficiários podem fazer a contestação do desconto pelos canais oficiais do INSS: aplicativo ou site Meu INSS, Central de Atendimento 135 e agências dos Correios.

União entre entes governamentais

Na entrevista, Gilberto Waller ressaltou o esforço coordenado de órgãos federais para ressarcir as vítimas dos descontos não autorizados. O presidente do INSS também destacou a união entre o instituto, a Advocacia-Geral da União (AGU), a CGU e a Polícia Federal para rastrear os recursos desviados e entrar com ações na Justiça para recuperar o dinheiro.

Bolsa de Valores

No ano passado, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) alcançou uma marca histórica ao realizar um total de 75 leilões, que resultaram em R\$ 243,8 bilhões em investimentos. O número supera o desempenho de 2024, quando foram realizados 64 leilões com contratos que geraram R\$ 180 bilhões em investimentos.

98 ativos

Segundo a B3, os leilões do ano passado fizeram com que 98 ativos públicos fossem concedidos para a iniciativa privada, com expectativa de gerar até 1,6 milhão de empregos diretos e indiretos. O setor rodoviário concentra a maior parte desses pregões: 20 leilões, o dobro do ano anterior.

Investimentos

Esses projetos rodoviários, segundo a B3, somaram R\$ 106,6 bilhões em investimentos. Também teve destaque na bolsa a área de saneamento, com oito pregões realizados em 2025 e investimentos previstos de R\$ 44,5 bilhões; o setor de energia, com cinco certames, que geraram R\$ 5,5 bilhões.

Portos

Já no setor portuário foram realizados sete leilões portuários, que totalizaram R\$ 5,9 bilhões em investimentos. Entre eles está o do Porto de Paranaguá, maior investimento já contratado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) na B3 e um marco para o setor portuário nacional por se tratar do primeiro canal de acesso brasileiro a ser leiloado.

Superávit

O Brasil deve terminar 2026 com superávit comercial de US\$ 70 bilhões a US\$ 90 bilhões, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). A previsão indica um resultado superior ao registrado em 2025, quando a balança comercial brasileira fechou com saldo positivo de US\$ 68,3 bilhões.

Ano anterior

Apesar do superávit elevado, o resultado do ano passado representou uma queda de 7,9% em relação a 2024, quando o saldo foi de US\$ 74,2 bilhões. Para 2026, o ministério estima exportações entre US\$ 340 bilhões e US\$ 380 bilhões. As importações devem variar de US\$ 270 bilhões a US\$ 290 bilhões.



Serviço BC Protege+ é totalmente gratuito e opcional

BC Protege+ recebe 545 mil pedidos de ativação

Ferramenta bloqueou 111 mil tentativas de fraude em um mês

Por Martha Imenes

A preocupação com golpes e o uso indevido do CPF fez com que 545 mil pessoas ativassem a ferramenta BC Protege+.

De acordo com a autoridade monetária, instituições financeiras fizeram 33 milhões de consultas ao sistema para verificar pedidos de abertura de contas ou inclusão de titulares. Desse total, o serviço BC Protege+ bloqueou 111 mil tentativas de abertura de contas fraudulentas.

Lançado no início de dezembro, o BC Protege+ é um serviço gratuito para reforçar a proteção de cidadãos e empresas contra fraudes na abertura de contas-corrente, poupança e contas de pagamento pré-pagas.

Ao ativar o serviço, o usuário comunica oficialmente que não deseja abrir contas nem ser incluído como titular ou representante em contas de terceiros. A consulta ao sistema pelas instituições financeiras é obrigatória antes da abertura de qualquer conta.

Como ativar o BC Protege+
* Acesse a área logada do Meu BC, com Conta gov.br nível prata ou ouro e verificação em duas etapas habilitada;

* Localize o serviço BC Protege+ e ative a proteção;

* Colaboradores de empresas registrados no Gov.br também podem ativar a proteção em nome da organização;
* A escolha fica registrada no

sistema e é informada automaticamente às instituições financeiras quando elas consultam os dados do cliente.

Desativação para abertura de contas

Caso o usuário deseje abrir uma conta ou ser incluído na de terceiros, é necessário acessar novamente o BC Protege+ e desativar a proteção temporariamente.

O Banco Central recomenda programar uma data de reativação automática, garantindo que a segurança seja restabelecida após o procedimento.

O serviço é gratuito e pode ser ativado ou desativado a qualquer momento.

Medidas adicionais

Para o especialista em segurança digital João Brasio, CEO da Elytron CyberSecurity, o BC Protege+ é um passo importante na direção certa, mas é fundamental entender que outras medidas adicionais são indispensáveis para garantir melhor proteção.

“A efetividade de longo prazo depende de um ecossistema inteiro trabalhando de forma coordenada, com todos tratando segurança não como um projeto pontual, mas como um pilar permanente da experiência financeira no Brasil”, defende Brasio.

O especialista aponta que campanhas fortes de educação financeira e digital são necessárias para a população.